



A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA MUNDIAL E A NECESSIDADE DE MEDIDAS DE CONTRA-POSIÇÃO A NÍVEL REGIONAL DA SADC

Preparado por Prof. Chinyamata Chipeta



**SADC POLICY
ANALYSIS &
DIALOGUE
PROGRAMME**

Programa de Análise de Políticas e Diálogo da SADC

O Secretariado da SADC é o órgão executivo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ao qual compete, entre outras questões, implementar o desenvolvimento de estratégias e a planificação e monitorização da agenda de cooperação e integração regional.

A função do desenvolvimento estratégico deve basear-se na investigação de qualidade e análise de políticas sobre os principais domínios de cooperação e integração regional, com particular realce para (1) Política, Defesa e Segurança; (2) Comércio e Integração Económica; (3) Desenvolvimento de Infra-estruturas; (4) Segurança Alimentar, Recursos Naturais e Ambiente; (4) Desenvolvimento Social e Humano; bem como (5) Áreas Transversais, designadamente o Género, VIH/SIDA e Ambiente.

Inserido no actual quadro de avaliação estratégica do «Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional» RISDP, o Secretariado da SADC deu prioridades às funções acima mencionadas e iniciou um Programa de Análise de Políticas e Diálogo. Este programa visa promover o diálogo sobre políticas e desencadear um debate em torno das principais questões ligadas à integração regional por forma a orientar o desenvolvimento dos processos de políticas regionais.

Nesta conformidade, durante o primeiro ano de implementação do programa, o Secretariado da SADC, com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), organizará diversos seminários com Grupos de Reflexão, simpósios e outros eventos regionais, destinados a fomentar o diálogo entre investigadores e o Secretariado e encomendar a preparação de documentos de políticas sobre as principais questões prioritárias.



A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA MUNDIAL E A NECESSIDADE DE MEDIDAS DE CONTRAPOSIÇÃO A NÍVEL REGIONAL DA SADC

Projecto Final

i. Antecedentes

Este documento sobre questões analisa a situação económica na SADC decorrente da crise económica e financeira mundial (GEFC) e identifica as medidas de integração regional tendentes a atenuar a vulnerabilidade da região às futuras crises económicas. Este documento servirá de instrumento de trabalho para a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, prevista para Agosto de 2011. Apresentará ainda recomendações adicionais para a sua possível integração na avaliação externa do RISDP prevista.

Os Estados Membros da SADC foram afectados pela crise económica e financeira mundial de formas diferentes, dependendo das suas estruturas económicas, financeiras e comerciais. A redução das receitas da exportação, de modo especial a partir dos países desenvolvidos, resultou no agravamento da balança de pagamentos, na redução das receitas fiscais e em maiores défices orçamentais. O resultado final deste cenário foi a redução do crescimento económico e o aumento do desemprego e da pressão social nos Estados Membros da SADC.

ii. Desempenho Económico Geral e Desenvolvimentos na Região da SADC Antes da GEFC

A região da SADC tinha obtido progresso no domínio da promoção do crescimento económico e do alcance da estabilidade económica antes da GEFC. A taxa de crescimento económico atingiu uma média superior a 6 por cento ao longo dos cinco anos que antecederam à crise, a inflação tinha baixado para níveis de um dígito antes do incremento dos preços dos alimentos e dos combustíveis em 2008 e tinham sido acumuladas reservas.

A maioria dos países membros tinha registado uma melhoria no seu desempenho fiscal, conforme indicam os baixos défices fiscais, e melhorou as suas posições de dívida. A economia regional deveu este sucesso às políticas económicas sólidas, à um ambiente externo favorável, caracterizado pela alta dos preços de bens de consumo, pelo alívio da dívida e pela ajuda dos doadores. Depois de 2007, a região da SADC enfrentou riscos de índole macroeconómica decorrentes da alta dos preços dos alimentos e dos combustíveis, facto que ameaçou os ganhos económicos que haviam sido alcançados.

iii. A Crise Económica e Financeira Mundial

A recessão mundial de 2008 e 2009 iniciou com o colapso do Mercado imobiliário de risco nos Estados Unidos da América (EUA) em 2007, altura em que se assistiu ao incumprimento dos pagamentos dos empréstimos hipotecários por parte dos seus titulares. Entre outras questões, a crise financeira foi provocada por um alargamento dos empréstimos habitacionais, por garantias deresgate, que aumentaram os incentivos ao risco excessivo assumido pelos bancos e pela Wall Street, pelo dinheiro fácil e especulação verificada no sector financeiro, pela supervisão e mecanismos de controlo bancários fracos, bem como pela notação liberal das instituições financeiras por parte das agências. A crise financeira resultou numa crise mundial que afectou outras economias desenvolvidas devido fundamentalmente às ligações financeiras e aos países emergentes e de baixo rendimento, essencialmente devido ao comércio, ao investimento e aos canais de remessas.



iv. Impacto da GEFC para a Região da SADC a Curto e Longo Prazo

A crise económica e financeira mundial afectou de forma adversa a concretização das metas previstas nos indicadores macroeconómicas e as taxas de crescimento económico da maioria dos Estados Membros da SADC. Deu origem à perda de postos de trabalho em toda a região, de modo particular no sector mineiro, à redução das poupanças médias e das taxas de investimento, à redução das receitas do estado e aos aumentos subsequentes dos défices orçamentais, à redução da taxa de inflação média e uma apreciação da taxa de câmbio eficaz real média, bem como à um alastramento do défice da conta corrente da balança de pagamentos. As perspectivas a médio prazo são de uma melhoria da maioria dos indicadores económicos.

Os Estados Membros consideravelmente dependentes dos produtos do petróleo, minerais, manufacturados e turísticos de exportação ficaram mais afectados em comparação com aqueles que dependem dos produtos agrícolas de exportação. O elevado grau de concentração nos produtos de exportação e a falta de diversificação dos mercados de exportação também afectaram de forma negativa o desempenho das exportações nos Estados Membros da SADC.

v. Identificação das Áreas/Programas de Redução da Vulnerabilidade dos Estados Membros da SADC aos Choques Económicos e Financeiros Exógenos

O valor acrescentado da integração regional reside no facto de este ter ajudado a reduzir a vulnerabilidade aos choques económicos e financeiros exógenos

através da implementação pelos Estados Membros de políticas monetárias e fiscais acordadas que estimularam as suas economias; através da implementação do programa de convergência macroeconómica e da subsequente concretização da inflação, dos défices orçamentais, de dívidas e dos actuais défices da conta corrente, todos eles relativamente baixos, e da acumulação de reservas, factores estes que facilitaram a adopção de pacotes de políticas monetárias de estímulo; através da implementação do Acordo de Comércio Livre (ACL) da SADC e do subsequente aumento do comércio intra-SADC, que diversificou os mercados de exportação, bem como através da implementação do programa de segurança alimentar e da subsequente melhoria da disponibilidade e segurança alimentar, que reduziram a necessidade da importação de alimentos e diminuíram a pressão sobre os preços dos alimentos. Outras áreas/programas que dispõem do potencial para reduzir a vulnerabilidade através da disponibilização aos sectores produtivos de factores de produção ou da redução dos seus custos de transacção compreendem as infra-estruturas, o desenvolvimento humano e social, o desenvolvimento do género e a ciência e tecnologia.

vi. Outras Medidas Estratégicas de Integração Regional

- A SADC deve racionalizar a agenda de integração regional e concentrar-se noutros objectivos que são mais facilmente concretizáveis e nos Estados Membros que estão preparados para implementar.
- A fim de diversificar os mercados de exportação, a SADC deve celebrar Acordos sobre o comércio e económicos com outros blocos regionais do Sul.



- Os Estados Membros devem acelerar a simplificação das regras de origem, que impedem o comércio dentro da SADC.
- Os Estados Membros devem ainda implementar a recomendação apresentada em 2004 segundo a qual devem criar-se disposições especiais para os comerciantes de pequenas mercadorias a fim de estes beneficiarem também de preferências comerciais.
- Há necessidade de uma acção imediata tendente à eliminação de tarifas sobre todas as mercadorias de interesse para os pobres, nomeadamente o milho e demais produtos agrícolas, por esta medida ter o potencial para reduzir imediatamente o seu custo e facilitar que os pobres tenham acesso à estas mercadorias.
- De um modo geral, os Estados Membros com obrigações de implementação pendentes devem demonstrar empenho na implementação do protocolo sobre trocas comerciais da SADC, através de acções concretas no domínio da liberalização do comércio intra-SADC e do aumento da sua capacidade para fornecer mercadorias e prestar serviços na região.
- A SADC deve aumentar o foco sobre a pobreza da agenda de integração regional em todas as suas áreas de intervenção prioritárias.

1. Antecedentes

Conforme estipulam os Termos de Referência (TOR), o presente trabalho tem por objectivo preparar um documento sobre questões para apresentação à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto de 2011. O documento analisa a situação económica na SADC na sequência da Crise Económica e Financeira Mundial (GEFC) e identifica as medidas de integração regional tendentes a reduzir a vulnerabilidade da região às crises económicas futuras.

A crise económica e financeira mundial teve um forte impacto para as economias de todo o mundo. Embora os países desenvolvidos tenham sido afectados directamente pela crise financeira, de um modo geral os países em desenvolvimento sofreram mais das consequências que se seguiram à crise económica e comercial mundial. Os Estados Membros da SADC ficaram afectados de formas diferentes, dependendo das estruturas económicas, financeiras e comerciais prevalecentes nestes países. A redução das receitas provenientes da exportação, especialmente a partir dos países desenvolvidos, resultou no agravamento da balança de pagamentos, na redução das receitas fiscais e nos elevados défices orçamentais.

O resultado final desta evolução foi o abrandamento do crescimento económico e o aumento do desemprego e da pressão social nos Estados Membros da SADC. A situação gerou grande preocupação em toda a região e os formuladores de políticas gostariam de identificar as medidas sustentáveis

tendentes à redução da vulnerabilidade aos futuros choques económicos exógenos.

Inserido na resposta geral, na sua Cimeira de Agosto de 2011, os Chefes de Estado e de Governo irão discutir a situação económica prevalecente na região da SADC à luz da crise económica e financeira mundial e do seu impacto para a região. A discussão visa forjar um entendimento comum da situação e das estratégias sobre as medidas tendentes a atenuar os efeitos negativos da crise para a região da SADC a partir de uma perspectiva de integração económica regional.

De modo particular, a discussão tentará identificar as possíveis medidas tendentes a reduzir a vulnerabilidade aos futuros choques económicos dos Estados Membros da SADC. A questão consistirá em identificar medidas que podem ser tomadas colectivamente a nível regional, tendo em consideração a geometria variável existente entre os Estados Membros da SADC. As medidas identificadas contribuirão para os principais resultados e recomendações a serem tidos em consideração no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

A fim de aperfeiçoar o foco e acelerar a implementação da agenda de integração, durante a sua reunião de Julho de 2007, em Lusaka, Zâmbia, o Conselho de Ministros aprovou as principais prioridades e programas da SADC. Fazem parte destas o Comércio, a liberalização económica e o desenvolvimento; as Infra-estruturas de apoio à integração regional; a Cooperação nas áreas de política, defesa e segurança; a Segurança alimentar, ambiente e gestão dos recursos naturais transfronteiriços; o Desenvolvimento social e humano; o Género e desenvolvimento; a Estatística e Ciência e Tecnologia.

Na sua reunião de Setembro de 2009, na República Democrática do Congo (RDC), o Conselho de Ministros da SADC instruiu o Secretariado da SADC no sentido de realizar uma avaliação intercalar do RISDP em conformidade com a directiva emitida em 2003 segundo a qual o RISDP deve ser monitorizado e avaliado com regularidade dentro dos prazos estipulados no seu quadro de implementação.

À pedido do Conselho de Ministros da SADC, formulado em Fevereiro de 2011, em Windhoek, Namíbia, o Secretariado da SADC deu início à Avaliação Intercalar do RISDP, através de uma avaliação

documental interna em consulta com os Estados Membros e apresentar um relatório ao Conselho em Agosto de 2011. Esta avaliação basear-se-á ainda nos "Termos de Referência" para a Avaliação Intercalar do RISDP. Este documento sobre questões é um complemento da actual avaliação documental do RISDP. Visa proporcionar mais recomendações para possível integração na avaliação externa do RISDP prevista.

O resto do documento é apresentado em cinco capítulos. O segundo capítulo descreve e analisa resumidamente o desempenho económico geral e os desenvolvimentos prevalecentes na região da SADC antes da GEFC, o terceiro capítulo descreve e analisa resumidamente a GEFC, enquanto o quarto capítulo descreve resumidamente o impacto a curto e longo prazo da GEFC que a região da SADC enfrenta. No quadro do RISDP e da sua actual avaliação documental, o quinto capítulo identifica as áreas/programas que reduzem a vulnerabilidade dos Estados Membros aos choques económicos e financeiros exógenos. Com base nos resultados, o sexto capítulo desenvolve as recomendações sobre outras medidas estratégicas de integração



regional necessárias que apoiam os Estados Membros na atenuação dos efeitos negativos das crises económicas.

2. Desempenho Económico Geral e Desenvolvimentos na Região da SADC Antes da GEFC

Até à altura da crise económica e financeira mundial, a região da SADC tinha alcançado progresso na



promoção do crescimento económico e no alcance da estabilidade económica. A taxa de crescimento económico atingiu em média superior à 6 por cento ao longo dos cinco anos anteriores à crise; a inflação estava reduzida aos níveis de um dígito antes da alta dos preços dos alimentos e dos combustíveis de 2008; e as reservas tinham-se consolidado. A maioria dos países membros tinha melhorado o seu desempenho fiscal conforme indicam os baixos défices fiscais, enquanto melhoraram ainda as suas posições de dívida. A economia regional atribuiu este sucesso às políticas económicas sólidas, à um ambiente externo favorável, caracterizado pela alta dos preços de bens de consumo, e ao alívio da dívida e ajuda dos doadores. Explicamos a seguir, e de forma resumida, os desenvolvimentos económicos imediatamente anteriores à crise económica mundial.

Crescimento Económico

Em 2007, foram registadas altas taxas de crescimento económico em Angola, 19.8 por cento; seguida do Malawi, Moçambique e Tanzânia, que registaram taxas de crescimento do PIB real na região de 7 por cento (vide Tabelas 1 e 2), considerada como taxa mínima necessária para reduzir a pobreza. Estas taxas de crescimento económico corresponderam à meta regional de crescimento do PIB real de 7.0 por cento para 2008. A taxa média de crescimento económico da SADC em 2007 foi de 5.9 por cento, quase a mesma em relação à taxa média de crescimento alcançada em 2006. A baixa taxa média de crescimento económico regional deveu-se, de um modo geral, às baixas taxas de investimento e ao seu longo período de gestação.

Inflação

Conforme se indica acima, à excepção do Zimbabwe, a taxa média de inflação da região baixou de 9.7 por cento em 2006 para 8.3 por cento em 2007 (vide Tabelas 1 e 2). Em 2007, foram registadas taxas de inflação de um dígito em todos os países, excepto Angola, Madagáscar e Zimbabwe. A maioria destes países também tinha alcançado uma taxa-alvo regional de inflação para 2008 abaixo de 9 por cento. Portanto, estes ganhos encontraram-se em grande perigo no primeiro trimestre de 2008, altura em que as taxas de inflação foram superiores em relação às registadas durante um período comparável em 2007.

A inflação foi estancada graças às políticas monetárias prudentes e à melhoria do tempo atmosférico nalguns países membros, o que resultou no aumento da oferta de géneros alimentícios, reduzindo, por conseguinte, a pressão sobre os preços dos alimentos. O risco de redução contínua da inflação decorreu da alta dos preços do petróleo e das secas e inundações recorrentes, que poderiam exigir importações substanciais de géneros alimentícios a partir do exterior.

Equilíbrio Fiscal

O alívio da dívida inserido na Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) e as políticas fiscais prudentes contribuíram para a média de superavit do equilíbrio fiscal de 0.6 por cento do PIB em 2007. Embora este tenha sido inferior à 2.6 por cento registado em 2006, a maioria dos países membros já tinha alcançado a meta de convergên-

cia macroeconómica relativamente ao défice fiscal abaixo de 5 por cento do PIB até 2008.

Tabela 1: Desempenho Macroeconómico da Região da SADC, 2006 e 2007

	2006					2007				
	Taxa de Inflação	Superavit Fiscal	Rácio Dívida-PIB	Rácio Saldo Conta Corrente-PIB	GDP	Taxa de Inflação	Superavit Fiscal	Rácio Dívida-PIB	Rácio Saldo Conta Corrente-PIB	Crescimento do PIB
SADC	82.8	2.6	34.9	-0.7	5.8	905.1	0.6	46.4	-1.6	5.9
SADC (Excl. ZIM)	9.7	3.2	31.6	-0.3	6.4	8.3	1.4	39.0	-1.8	6.8

Fonte: SADC (2008), "Recent Macroeconomic Developments in SADC and Prospects for the Medium-Term", documento de trabalho para a Conferência Internacional sobre a Pobreza e Desenvolvimento, Maurícias, 2008.

Rácio da Dívida Pública em Relação ao PIB

Em 2007, os rácios da dívida em relação ao PIB de vários países membros baixaram, excepto a RDC, Madagáscar, Maurícias e Zimbábwe. O alívio da dívida inserido na Iniciativa dos PPAE e as políticas fiscais prudentes foram responsáveis por este desenvolvimento. A maioria dos estados membros já tinha alcançado a meta de convergência macroeconómica para 2008 em comparação com o rácio da dívida em relação ao PIB abaixo de 60 por cento.

A tendência preocupante prendeu-se com o aumento da média do rácio da dívida em relação ao PIB de 38.3 por cento em 2006 para 50.9 por cento em 2007. Isto deveu-se em grande medida ao agravamento do rácio da dívida pública da República Democrática do Congo (RDC).

Rácio do Saldo da Conta Corrente em relação ao PIB

O saldo da conta corrente da SADC, na sua globalidade, deteriorou-se de um défice de 0.7 por cento do PIB em 2006 para 1.8 por cento do PIB em 2007, essencialmente devido aos aumentos consideráveis das importações. Entretanto, este aumento das importações não esteve relacionado nem com os alimentos nem com os combustíveis. Deveu-se sim à um incremento da procura de mercadorias intermédias para a produção, a con-

strução e o desenvolvimento de infra-estruturas.

O agravamento do saldo da conta corrente do desempenho da balança de pagamentos foi consideravelmente acentuado em Angola, Botswana, Madagáscar, Malawi, África do Sul, Suazilândia e Tanzânia. Os défices da conta corrente destes países foram amplamente financiados por entradas de capitais, doações e empréstimos.

Tabela 2: Desempenho Macroeconómico de Cada País Membro da SADC, 2007

	Média de Inflação Anual	Rácio Equilíbrio Fiscal/PIB	Rácio Dívida/PIB	Rácio Saldo Conta Corrente/PIB	Taxa de Crescimento do PIB	Média de Inflação Anual	Rácio Equilíbrio Fiscal/PIB	Rácio Dívida/PIB	Rácio Saldo Conta Corrente/PIB	Taxa de Crescimento do PIB
Angola	12.2	-3.4	19.2	16.4	18.6	11.8	-0.1	na	4.0	19.8
Botswana	11.6	8.1	0.0	20.9	3.9	7.1	0.6	0.0	14.5	6.2
RDC	18.2	-0.7	2.6	-7.5	5.1	9.9	2.8	105.0	-3.7	6.3
Lesoto	6.0	13.3	49.9	1.8	7.2	7.9	5.3	46.6	11.9	5.1
Madagáscar	10.8	37.5	29.3	-8.8	4.9	10.3	-4.7	35.3	-19.3	6.3
Malawi	13.9	-0.7	26.3	-14.0	7.9	7.5	-1.9	22.6	17.2	7.4
Maurícias	8.9	-4.3	62.8	-9.5	5.0	8.8	3.8	63.1	5.4	5.6
Moçambique	13.3	-1.1	52.8	-9.3	6.3	8.2	1.9	45.0	-3.7	7.3
Namíbia	5.1	2.1	31.4	18.3	4.6	6.7	4.8	28.3	17.5	3.8
África do Sul	4.7	0.6	29.3	-6.5	5.0	6.2	0.5	27.4	-6.7	4.7
Suazilândia	5.3	-2.1	17.9	8.1	2.8	8.2	2.6	15.4	3.0	2.8
Tanzânia	7.3	-4.8	63.5	-12.2	6.2	7.0	3.8	40.4	-17.1	7.3
Zâmbia	9.1	-2.9	25.8	-1.4	5.8	8.9	-1.2	na	-2.1	5.7
Zimbábwe	1033.0	-5.5	78.3	-5.5	-1.8	12562.7	-10.0	128.0	-0.8	-6.2

Fonte: SADC (2008), "Recent Macroeconomic Developments in SADC and Prospects for the Medium-Term", documento de trabalho para a Conferência Internacional sobre a Pobreza e Desenvolvimento, Maurícias, 2008.

Convergência Macroeconómica e Perspectivas a Médio Prazo

Os países membros alcançaram progresso significativo rumo à concretização da convergência macroeconómica. Por exemplo, os únicos países que não conseguiram alcançar a meta de inflação de 2008 abaixo de 9 por cento são Angola, a RDC e o Zimbábwe. Quanto ao equilíbrio fiscal, o único país que não alcançou a meta é o Zimbábwe. E relativamente aos rácios da dívida, os países que não o alcançaram são a RDC e o Zimbábwe. O Madagáscar, o Malawi e a Tanzânia não conseguiram alcançar a meta relativa ao saldo da conta corrente. Entretanto, todos os países, à excepção de Angola, do Malawi, de Moçambique e da Tanzânia, não conseguiram alcançar a meta de crescimento económico de 7 por cento.

Embora até 2007, os desenvolvimentos macro-económicos relativos à 2007 tenham sido de um modo geral favoráveis, posteriormente a região da SADC enfrentou riscos de ordem macroeconómica resultante do aumento contínuo dos preços dos alimentos e dos combustíveis, facto que colocou em perigo a estabilidade macroeconómica e a consecução das metas de convergência macro-económica.

3. A Crise Económica e Financeira Mundial

A recessão mundial que assolou a economia mundial desde o terceiro trimestre de 2008 ao segundo trimestre de 2009 iniciou com um aumento acentuado da procura de habitação nos EUA, que foi resolvida através de empréstimos hipotecários. A consequente expansão nos sectores habitacional e imobiliário atraíu investidores e financiadores que compraram acções e títulos a partir dos operadores hipotecários. Fruto deste desenvolvimento, os preços destes títulos aumentaram e o mercado de valores expandiu-se. Em última análise, os mutuários e os indivíduos que contraíram empréstimos hipotecários falharam ao cumprimento dos termos de pagamento em 2007. Em consequência disso, os bancos começaram a enfrentar problemas de liquidez. Apercebendo-se dos riscos, os depositantes realizaram saques massivos do seu dinheiro. Esta acção agravou ainda mais o problema da liquidez do sistema bancário, que encerrou os empréstimos aos sectores reais da economia (Abu e Ben, 2009).

De forma resumida, a crise, que começou como crise financeira, resultou de uma expansão no sector habitacional e hipotecário, de garantias de resgate e seguro de depósito explícito, que aumentaram os incentivos para a aceitação do risco excessivo por parte dos bancos e da Wall Street, do dinheiro fácil e da soberba entre os participantes do sector financeiro, bem como da titularização complexa e opaca. Todavia, como ressalta Senbet (2009), também estiveram na origem da crise incentivos errados (salários avultados ligados ao desempenho auferidos por Directores Executivos), mecanismos de supervisão e controlo bancário fracos, má governação corporativa (captura do conselho de administração, falta de transparência e má divulgação) e notação liberal das instituições financeiras por parte de agências.

A crise alastrou-se primeiro para a Europa, causando o colapso financeiro em várias economias mais avançadas do mundo, cujos sistemas financeiros estavam ligados ao dos EUA, afectando eventualmente os seus sectores reais, cuja produção começou a contrair-se. A crise propagou-se depois para as economias dos países emergentes e de baixo rendimento com ligações financeiras às economias avançadas, embora os seus mercados financeiros não tivessem sido afectados em grande medida à semelhança dos mercados Europeus. A crise afectou estas economias fundamentalmente através da redução do comércio de exportação, da redução do investimento directo externo e de carteiras, bem como mediante a redução de remessas.

Conforme indicam as taxas de crescimento económico, demonstradas na Tabela 3, os países mais afectados foram as economias dos EUA e de outros países avançados. As economias emergentes e as economias em desenvolvimento de baixo rendimento em África, do Caribe, da Ásia e América Latina também ficaram afectadas, embora em menor grau. Além das consequências da crise financeira Americana, os sectores reais foram afectados em 2007 e 2008 pelo crescimento substancial dos preços do petróleo e dos géneros alimentícios, que tinham resultado na inflação e, por conseguinte, numa redução das receitas disponíveis reais e da procura. Em todo o mundo, o crescimento da produção abrandou em 2008, tendo alcançado o ponto mais baixo em 2009, embora tivesse iniciado a recuperar em 2010.

Os países desenvolvidos responderam injectando fundos nas suas respectivas economias a fim de manter a actividade económica. Os pacotes de estímulo visaram apoiar os pobres e aumentar a procura de investimentos. Estes resultaram numa recessão mais curta. Os países em desenvolvimento também introduziram os seus próprios pacotes de estímulos destinados a fortalecer o crescimento das receitas e os postos de trabalho. Ali, estes pacotes de estímulo visaram aligeirar os obstáculos na cadeia de oferta e apoiar os exportadores e as firmas que empregaram muitos trabalhadores (Kasekende et al, 2010).

Tabela 3: Produção Mundial: Mudanças Percentuais Anuais

Régime	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mondial	4.9	4.5	5.1	5.2	3.2	-1.3	1.9
Economies Avancées	3.2	2.6	3.0	2.7	0.9	-3.8	0.0
Etats-Unis	3.6	2.9	2.8	2.0	1.1	2.8	0.0
Zone Euro	2.2	1.7	2.9	2.7	0.9	-4.2	-0.4
Japon	2.7	1.9	2.0	2.4	-0.6	-6.2	0.5
Afrique	6.7	5.8	6.1	8.2	5.7	2.0	3.9
Asie en voie de Développement	8.6	9.0	9.8	10.6	7.7	4.8	6.1
Moyen Orient	6.0	5.8	5.7	6.3	5.9	2.5	3.5

4. Impacto da GEFC para a Região da SADC a Curto e Longo Prazo

4.1 Introdução

Conforme indicam os dados constantes da Tabela 1, os países desenvolvidos mergulharam na recessão que atingiu o seu ponto mais baixo em 2009. Nestes países, as despesas do consumidor reduziram-se, as vendas a retalho baixaram, a produção industrial reduziu-se, o desemprego aumentou e as receitas do estado reduziram-se. A recessão nestes países também deu origem à uma redução da procura de matérias-primas, e, conseqüentemente, uma redução dos preços de muitos produtos de exportação da África Austral. As remessas, o investimento directo externo e a ajuda externa ficaram todos afectados. Neste capítulo, examinamos os efeitos da crise económica mundial na região da SADC a curto e longo prazo – fundamentalmente através do comércio, do IDE, de remessas e canais de ajuda – para o desempenho económico geral, o crescimento económico, emprego, poupanças e investimento, o desempenho fiscal, inflação e taxas de câmbio e a conta externa.

O sector bancário da região da SADC não ficou gravemente afectado pela crise financeira mundial, porque não está ligado directamente aos sectores bancários dos EUA e da UE. Contrariamente ao sector bancário, o mercado de capitais não ficou imune à crise financeira mundial, especialmente aquelas áreas que estão relativamente integradas no sistema financeiro mundial. Em oito bolsas de valores seleccionados (Botswana, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia), os preços dos valores baixaram 16 por cento em 2008, relativamente à Dezembro de 2007. Entretanto, a baixa dos preços dos valores durou pouco tempo e os preços iniciaram a aumentar a partir do início de 2009 (SADC, 2009).

4.2 Desempenho Macroeconómico Geral

O impacto da crise económica mundial para o desempenho económico geral dos Estados Membros da SADC pode ser medido tendo em consideração a forma como ela afectou o seu progresso rumo à concretização da convergência macroeconómica. Com efeito, examinamos se este progresso se enquadra nas metas numéricas

previstas nos indicadores económicos identificados, acima estipulados. Não havendo dados abrangentes, a análise recorrerá às metas para 2012 referentes apenas aos seguintes indicadores de convergência macroeconómica da SADC:

- Inflação inferior ou igual a 5 por cento, em comparação com os 9 por cento registado em 2008
- Equilíbrio fiscal inferior ou igual a 3 por cento, em comparação com os 5 por cento registado em 2008
- Dívida pública inferior ou igual a 60 por cento, a mesma registada em 2008
- Crescimento económico superior ou igual a 7 por cento, o mesmo registado em 2008

A recessão económica afectou negativamente a concretização destas metas, registando-se muito poucos países que as alcançaram em comparação com o ano 2007. Dos 13 Estados Membros indicados na Tabela 4 a seguir:

- apenas três países (Maurícias, Moçambique e Zimbabwe) conseguiram alcançar a meta de inflação de 2012, em relação à onze que alcançaram a meta para 2008 em 2007;
- quanto ao equilíbrio fiscal, também três países (RDC, Zâmbia e Zimbabwe) conseguiram alcançar a meta para 2012, em comparação com treze países que alcançaram a meta para 2008 em 2007;
- relativamente à dívida pública, apenas dois países (RDC e Zimbabwe) não conseguiram alcançar a meta para 2012, em comparação com o mesmo número que não alcançou a meta para 2008 em 2007;

- Em relação ao crescimento económico, so mente um país (Malawi) conseguiu alcançar a meta para 2012, em comparação com quatro países que alcançaram a meta para 2008 em 2007.

Nesta conformidade, importa ressaltar que as metas de inflação e do equilíbrio fiscal para 2012 são mais ambiciosas em relação às previstas para 2008, facto que pode explicar em parte a razão porque um número menor de países conseguiu alcançar as metas relevantes para 2012.

4.3 Crescimento do PIB Real

O crescimento do PIB real abrandou de um incremento médio de 4.9 por cento em 2008, para uma taxa média de 2.4 por cento em 2009, tendo recuperado para 4.9 por cento em 2010. Os países mais afectados foram as nações de exportação mineira, nomeadamente o Botswana, a Namíbia e a África do Sul, onde o PIB real baixou em 2009 na sequência de uma redução acentuada das receitas provenientes das exportações de minérios para os países desenvolvidos. Nos países menos dependentes das exportações de minérios, como o Malawi, Moçambique e Tanzânia, a taxa de crescimento económico registada em 2009 foi relativamente robusta. Além da baixa da procura e dos preços de exportação, o investimento directo diferido constituiu um outro factor que contribuiu para o desempenho do crescimento económico não satisfatório na região (SADC, 2010).

Tabela 4: Desempenho de Convergência Macroeconómica da SADC, 2008-2009

Nota: As estatísticas não incluem o Madagáscar e as Seychelles. Fonte: Secretariado da SADC.

	Average Annual Inflation	Fiscal Balance/GDP ratio	Debt/GDP ratio	GDP Growth	Average Annual Inflation	Fiscal Balance/GDP Ratio	Debt/GDP ratio	GDP Growth ratio
Angola	13.2	8.9	33.0	16.6	14.0	15.2	n/a	2.7
Botswana	12.6	-0.8	6.0	3.3	8.2	-14.0	n/a	-3.1
DRC	23.8	-0.7	40.0	10.0	46.1	1.1	113.5	2.8
Lesotho	10.8	-1.0	55.0	3.5	7.2	-4.7	40.1	2.0
Malawi	8.7	-5.0	29.9	9.7	8.4	-5.8	35.5	7.7
Mauritius	9.7	-2.0	56.6	5.3	4.0	-4.5	60.0	2.8
Mozambique	10.3	-3.1	40.0	6.7	3.3	-4.0	44.0	6.3
Namibia	10.3	4.7	18.7	3.4	8.8	-4.1	16.8	-1.1
South Africa	11.6	-0.7	32.0	3.1	7.1	-7.9	29.8	-1.8
Swaziland	123.6	-1.3	17.8	2.6	7.5	-5.0	14.9	0.4
Tanzania	10.3	-3.8	38.0	7.5	12.1	-4.7	37.1	5.5
Zambia	13.4	1.0	18.1	5.8	13.4	-2.6	26.4	6.3
Zimbabwe	1594745.0	29.9	114.7	-14.3	-7.7	0.2	117.0	5.1
SADC	122684.0	2.0	38.4	4.9	10.2	-5.5	48.6	2.7
SACU	11.6	0.2	25.9	3.2	7.8	-7.1	25.4	-0.7
CMA	11.3	0.4	30.9	3.2	7.7	-5.4	25.4	-0.1

Durante os três primeiros trimestres de 2010, a região da SADC registou um forte crescimento devido aos dividendos do Campeonato Mundial de Futebol da FIFA, essencialmente à favor da África do Sul, das exportações robustas e do aumento de actividades nos sectores mineiro



e manufactureiro. Entretanto, o ritmo da recuperação económica perdeu o seu gás durante o quarto trimestre do ano, altura em que o consumo privado abrandou na região (ECA e UA, 2011). A previsão a médio prazo é de um aumento gradual da taxa média de crescimento económico na região para os níveis verificados antes da recessão, embora abaixo da meta de 7 por cento (SADC, 2010).

4.4 Emprego

A redução do crescimento da produção durante a recessão esteve associada à perda de postos de trabalho em muitos Estados Membros da SADC. A maioria da perda de postos de trabalho foi verificada no sector mineiro. Por exemplo, no período compreendido entre Julho de 2008 e Julho de 2009, foram perdidos 10.000 postos de trabalho só nas minas de cobre da Zâmbia. Até Julho de 2009, 1.000 postos de trabalho foram perdidos no Botswana, enquanto o número de perdas de postos de trabalho nas minas na RDC situou-se em 300.000. Foram também registadas perdas significativas de postos de trabalho nos sectores mineiros do Lesotho, Suazilândia e Tanzânia, além da África do Sul, onde 32.681 trabalhadores da indústria



mineira foram despedidos até Julho de 2009 (SADC, 2009a). Na Namíbia, aproximadamente 2.000 trabalhadores foram despedidos na maior mina de diamante do país, a Namdeb, além do despedimento de 600 trabalhadores das minas de Weatherly do sector do cobre (SADC, 2010).

Tendo em consideração a perda de postos de trabalho também verificada noutros sectores, o quadro apresenta-se demasiado desolador. Na África do Sul, por exemplo, os dados disponíveis revelam que o número total de postos de trabalho perdidos em 2009 foi de 900.000. No Botswana, o emprego no sector formal aumentou apenas 0.6 por cento durante o período compreendido entre Setembro de 2008 e Março de 2009. Noutros países, os dados disponíveis sobre o emprego e desemprego são inadequados e, nalguns casos, não inspiram confiança. Entretanto, o verdadeiro impacto da crise económica para o emprego é difícil detectar.

A criação de postos de trabalho em 2012 foi decepcionante. Ela manteve-se limitada nos países onde a maioria do crescimento foi liderado pelos sectores extractivos de capital intensivo detentores de pou-

cas ligações a montante e a jusante com o resto da suas economias. Noutros países, permaneceu fraca devido à recuperação ligeira, verificando-se taxas de crescimento económico muito aquém do exigido para permitir uma redução significativa dos níveis de desemprego. Por exemplo, na África do Sul, milhares de postos de trabalho que foram perdidos em 2009 não foram recuperados em 2010 devido à taxa de crescimento económico ligeira. Por outro lado, as Maurícias registaram uma taxa de desemprego reduzida (ECA e UA, 2011).

4.5 Poupanças e Investimento

O abrandamento da actividade económica afectou negativamente a taxa de poupanças domésticas na região, verificando-se uma redução de 10.5 por cento do PIB em 2008 para 9.5 por cento do PIB em 2009. As reduções substanciais de poupanças domésticas foram registadas no Botswana e Angola. A redução da taxa de poupanças contribuiu para uma redução da taxa de investimentos, que baixou de 24.8 por cento em 2008 para 23.5 por cento em 2009. Entretanto, registaram-se outros factores em funcionamento, entre os quais a redução do

investimento directo externo, do investimento em carteiras e das remessas (SADC, 2010).

Por conseguinte, a medida em que decorria a recuperação, a taxa média da poupança nacional na SADC aumentou de 13 por cento do PIB em 2009 para 15.6 por cento do PIB em 2010. Em média, o investimento, enquanto percentagem do PIB aumentou de 23.5 por cento em 2009 para 24.9 por cento em 2010, que se situa abaixo da meta regional de 30 por cento. A taxa média de poupanças nacionais



em bruto prevê atingir o nível verificado em 2006 e 2007 de 18.2 por cento até 2012. Entretanto, perspectiva-se uma redução ligeira da taxa média de investimento em 2011 e 2012 (FMI, 2011).

4.6 Desempenho Fiscal

Os pontos de destaque relativos ao sector fiscal, resultantes da recessão económica mundial, são os seguintes:

- Uma diminuição das receitas do estado na maioria dos Estados Membros na sequência do abrandamento do crescimento económico. Os Estados mais afectados foram aqueles que são dependentes do sector mineiro e os países da União Aduaneira da África Austral (SACU). Os Estados Membros mais pequenos da SADC, nomeadamente o Botswana, a Namíbia, o Lesotho e a Suazilândia, foram afectados negativamente por um declínio acentuado das receitas derivadas do bloco aduaneiro comum, factor que colocou pressão sobre as despesas dos seus governos. A crise mundial provocou uma redução marcada das entradas de capital para o bloco de receitas da SADC, essencialmente devido à queda das

importações pela África do Sul. Contudo, na região, no seu todo, as receitas do estado, excluindo as doações, diminuíram de forma significativa apenas ligeiramente de 30 por cento do PIB em 2008 para 29.3 por cento do PIB em 2009. Em 2010, aumentaram para 30.2 por cento do PIB devido à melhoria verificada no desempenho económico.

- Um ligeiro incremento das doações na ordem de 0.2 pontos percentuais de 7.6 por cento do PIB em 2008 para 7.8 por cento em 2009
- Um incremento ou manutenção das despesas nos níveis anteriores para financiar os programas críticos destinados a atenuar o impacto da crise económica mundial. Em média, a despesa do estado, enquanto percentagem do PIB, aumentou de 30.3 por cento em 2008 para 33.8 por cento em 2009. A maioria dos Estados Membros manteve a sua despesa de 2010 ao nível de 2009.
- Um agravamento do défice fiscal da região de 2.0 por cento em 2008 para 4.9 por cento em 2009. A deterioração foi mais acentuada nos Estados Membros da SADC em relação à outros estados. Em 2010, o défice fiscal diminuiu para 3.9 por cento do PIB.
- Recurso ao empréstimo interno para financiar a maior parte do défice.
- A médio prazo, prevê-se uma estabilização das receitas e despesas do estado nos seus níveis de 2010. Em consequência disso, registar-se-á uma ligeira deterioração do défice fiscal para 5.2 por cento do PIB em 2011, e a dívida geral do estado irá aumentar 39.5 por cento do PIB em 2011 e 40.4 por cento do PIB em 2012 (SADC, 2011; FMI, 2011).

4.7 Taxas de Inflação e de Câmbio

A recessão mundial diminuiu as pressões inflacionárias a nível mundial, fundamentalmente na sequência da estabilização dos preços dos alimentos e dos ligeiros aumentos dos preços dos combustíveis. A par das melhorias registadas na oferta dos alimentos na região da SADC, este facto ajudou a conter as pressões inflacionárias em 2009. Até ao final desse ano, o Botswana, o Lesotho, o Malawi, a Namíbia, as Seychelles, a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbabwe tinham registado uma inflação de um dígito. De um modo geral, entretanto, a região registou uma inflação de dois dígitos igual a 12.4 por cento em 2009, mas abaixo de 13.8 por cento registada em 2008. Em 2010, a inflação atingiu em média 7.5 por cento. Diz-se que esta foi a taxa

média de inflação mais baixa registada na SADC nos últimos oito anos. A tendência geral decrescente da inflação na região deve-se à oferta adequada de alimentos, facto que ajudou a afrouxar as pressões sobre os preços e a moderar os aumentos dos preços dos combustíveis, factor que também ajudou a conter as pressões inflacionárias, especialmente no primeiro semestre de 2010. A médio prazo, prevê-se a continuação da tendência de abrandamento da inflação (ECA e UA, 2011).

Nos mercados cambiais, a crise económica mundial gerou uma pressão em baixa sobre as taxas de câmbio devido a problemas na balança de pagamentos e à queda das reservas cambiais. Embora alguns Estados Membros da SADC não intervieram nos mercados cambiais em apoio às taxas de câmbio, contrariamente à outros. Em consequência disso, o índice da Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (TCEN) diminuiu ligeiramente 1 por cento em 2009. Por outro lado, com a redução da inflação, o índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (TCER) apreciou-se 7.5 por cento no mesmo ano (SADC, 2011).



4.8 Conta Externa

Numa altura em que o mundo testemunha a maior queda no comércio em 80 anos, vários Estados Membros da SADC registam diminuições significativas nas suas exportações do quarto trimestre de 2008 para o primeiro trimestre de 2009. Apesar dos enormes inventários relacionados com a fraca procura, a queda das exportações foi revertida no segundo trimestre de 2009, enquanto registou-se um aumento nos preços dos bens de consumo. Os eventos de 2009 foram associados ao agrava-

mento dos termos comerciais para a região. Em consequência disso, o défice da conta corrente da balança de pagamentos aumentou de 9.4 por cento do PIB, registado em 2008, para 9.9 por cento em 2009. Entre os Estados Membros particulares, os défices da conta externa foram particularmente enorme nos Estados altamente dependentes das exportações de minérios. A queda das importações e os termos comerciais levaram à uma redução das reservas cambiais por parte dos Estados Membros. Por conseguinte, as posições das reservas cambiais dos vários países ficaram sob pressão intensa, embora a cobertura média das importações da região tenha permanecido acima do mínimo de 3 meses.

A médio prazo, prevê-se o aumento do volume das exportações regionais na ordem de 9.8 por cento em 2011 e 6.3 por cento em 2012. Os volumes das importações prevêem aumentar 2.8 por cento em 2011 e 5.1 por cento em 2012. O défice da conta corrente prevê aumentar ligeiramente de 8.7 por cento em 2011 para 7.0 por cento em 2012 (FMI, 2011).

4.9. Lições da Crise Económica Mundial para a SADC

4.9.1 A Estrutura das Exportações

O sector real da economia regional foi afectada de forma adversa pela recessão mundial através do canal comercial, uma queda da procura dos seus produtos nos países desenvolvidos que conduziu à uma redução dos preços, das receitas das exportações e dos rendimentos dos produtores. Em comparação com os produtos petrolíferos e minérios, a queda dos preços das exportações agrícolas foi moderada. Portanto, não criou a mesma desestabilização à semelhança do declínio mais drástico dos preços do petróleo e dos minérios. Consequentemente, a taxa de crescimento do PIB real e o PIB real per capita diminuíram apenas ligeiramente ou aumentaram em 2009 nos países dependentes das exportações dos produtos agrícolas, enquanto aumentou nos países dependentes das exportações dos produtos do petróleo ou de minerais. De igual modo, os aumentos verificados nos défices fiscal e da balança de pagamentos foram inferiores nos países dependentes das exportações de produtos agrícolas em relação aos países dependentes da exportação do petróleo e de minerais.

Para ilustrar esta observação, as economias da África Austral, cujo PIB baixou ou cresceu lentamente

em 2009, tais como, por exemplo, Angola (2.7%), Botswana (-3.1%), África do Sul (-1.8%) e Namíbia (-1.1%), são geralmente aquelas em que as exportações dos produtos agrícolas constituem uma proporção insignificante do total das exportações. Por exemplo, em 2006, a proporção dos produtos agrícolas no total das exportações na África do Sul foi de 9%. Os países cujo PIB cresceu rapidamente em 2009, tais como, por exemplo, o Malawi (7.7%), Moçambique (6.3%), Zimbabwe (5.1%), Zâmbia (6.3%) e Tanzânia (5.5%), são os mesmos em que as exportações geralmente agrícolas constituem uma proporção significativa do total das suas exportações. Em 2006, a proporção dos produtos agrícolas no total das exportações foi de 86% no Malawi, 19% em Moçambique, 38% no Zimbabwe e 64% na Tanzânia. A excepção à regra é a Zâmbia onde a proporção dos produtos agrícolas no total das exportações no mesmo ano foi apenas 9% (Banco Mundial, 2008). Assim, em termos de saldo, a agricultura parece ter desempenhado um papel estabilizador. Todavia, isto pode não dever-se à agricultura em si, mas sim à natureza dos produtos exportados, nomeadamente géneros alimentícios, bebidas tropicais e tabaco, cuja procura não é de natureza tão pró-cíclica como a procura de fibras e de outras matérias-primas de índole agrícola nos mercados dos países desenvolvidos.

Uma questão relacionada prende-se com o facto de que a agricultura é responsável por uma percentagem maior dos rendimentos nacionais dos países que cresceram rapidamente em relação aos rendimentos nacionais dos países que enfrentaram taxas de crescimento baixas ou negativas em 2009. O primeiro grupo, a percentagem da agricultura

no PIB em 2006 foi de 34% no Malawi, 28% em Moçambique, 45% na Tanzânia, 22% na Zâmbia e 19% no Zimbabwe. No segundo grupo, a percentagem da agricultura no PIB relativa ao mesmo ano foi de 9% em Angola, 2% no Botswana, 11% na Namíbia e 3% na África do Sul (Banco Mundial, 2008).

Há aqui duas questões dignas de assinalar. Uma é que o acto de produzir géneros alimentícios aumentou a produção e os rendimentos gerais. A outra é que os países que produzem cereais ou excedentes de milho não necessitam de importar alimentos essenciais. Além de evitar a pressão sobre as reservas cambiais exíguas e a balança de pagamentos, este factor também fortalece o seu PIB, desde que a agricultura represente uma percentagem significativa da produção interna. Lá onde tal não é o caso, como na África do Sul, o bom desempenho da agricultura e da segurança alimentar é compensado pelo mau desempenho noutros sectores com muito mais peso no PIB.

A crise actual ensinou-nos que é perigoso depender demasiadamente do petróleo, dos minerais e de outras matérias-primas industriais, incluindo aquelas de natureza agrícola (designada por alguns como modelo de extracção de bens de consumo). Portanto, estes países devem diversificar as suas exportações e criar postos de trabalho nas actividades de mão-de-obra intensiva.

Uma maneira de agir é desenvolvendo ramificações eficientes de actividade económica moderna sustentadas por preferências comerciais especiais, tais como o Sistema de Preferências Generalizadas



(SPG), a Lei de Crescimento e Oportunidades em África (AGOA) e Tudo Menos Armas (EBA). Para serem bem sucedidas, estas ramificações industriais devem especializar-se numa variedade estreita de actividades inseridas na cadeia de produção mundial (Ntah, 2009). Elas devem ainda diversificar os destinos das suas exportações e trabalhar para expandir o comércio com outros países Africanos e com outras regiões do Terceiro Mundo.

4.9.2 Concentração nos Produtos de Exportação e Diversificação do Mercado

A diversificação dos produtos de exportação também ajudou os países a enfrentar os efeitos da recessão mundial. Entre os países que registaram o crescimento económico na região da SADC em 2009, a maioria contou com vários produtos responsáveis por 75% das suas exportações dominadas por produtos agrícolas. De acordo com a OECD 2009 e com a revista *Perspectivas Económicas em África* (African Economic Outlook) do Banco Africano de Desenvolvimento, o número de produtos de exportação, responsáveis por 75% do total, era de 6 no Malawi, 24 nas Maurícias, 5 em Moçambique, 25 na Suazilândia, 36 na Tanzânia e 13 no Zimbábue. Em todos estes casos, os produtos agrícolas tiveram uma percentagem significativa. No Lesotho e na RDC, os produtos de exportação foram diversificados de forma razoável, ou seja, 6 em cada um, embora tivessem sido dominados pelas indústrias mineira ou manufactureira. Na Zâmbia, o número de produtos de exportação responsáveis por 75% do total das exportações foi de 4. Aquí também dominaram os produtos minérios.

Entre os países que registaram um crescimento económico baixo ou negativo 2009, a África do Sul contou com 102 produtos responsáveis por 75% das suas exportações. Mas os grupos dominantes foram os sectores mineiro e manufactureiro.

De acordo com este critério, as exportações registaram uma diversificação menor em Angola (1) e no Botswana (3), onde os grupos dominantes foram o petróleo e os minérios, respectivamente. Alguns autores realçam a importância da diversificação do Mercado das importações para a protecção dos países Africanos dos efeitos da recessão mundial (vide, por exemplo, Ntah, 2009). Estes autores defendem que a procura nos vários países será diferente porque poderá haver diferenças nos factores subjacentes, designadamente a população,

os rendimentos e a sua distribuição, os gostos, os factores ambientais, os preços, os níveis de armazenagem, etc. Portanto, se os destinos das exportações de um país forem diversificados a procura por estes produtos tenderá a ser mais estável em relação ao contrário. De qualquer modo, a recessão mundial não afecta os países de destino das exportações de maneira uniformizada.

Uma análise dos destinos das exportações dos países membros da SADC revelou que a dependência considerável dos mercados dos países desenvolvidos estava associada ao crescimento económico baixo ou negativo registado em 2009. Por exemplo, Madagáscar, que recebe mais de 90 por cento das suas receitas das exportações a partir dos países desenvolvidos, registou uma taxa de crescimento de -5.0 por cento em 2009. As Maurícias, que obtêm cerca de 80 por cento das suas receitas das exportações a partir dos países desenvolvidos, cresceram simplesmente 1.5 por cento em 2009. Quanto ao Madagáscar e às Maurícias, as receitas das exportações provenientes dos países emergentes e em desenvolvimento são responsáveis por apenas cerca de 9 e 20 por cento, respectivamente, do total das receitas das exportações. Por outro lado, o Malawi e a Tanzânia, cujas receitas das exportações dos países desenvolvidos correspondem apenas 44 e 37 por cento, respectivamente, a taxa de crescimento económico registada em 2009 foi superior, ou seja, 7.7 e 5.5 por cento, respectivamente. Relativamente à ambos os países, os países emergentes e em desenvolvimento são responsáveis pela maior proporção das receitas das suas exportações.

4.9.3 Outras Lições

Tal como o elevado grau de dependência de um ou de alguns produtos de exportação é mau numa recessão mundial, também o é o alto grau de dependência de uma ou algumas fontes de receitas fiscais, conforme demonstrou a experiência dos membros da SACU não Sul-Africanos.

As reservas das receitas do estado e as divisas ajudam os países a enfrentar o impacto de uma recessão mundial.

A diversificação para as indústrias manufactureiras não ajuda se os destinos das exportações forem negativamente afectados por uma recessão mundial.

5. Identificação das Áreas/Programas que Reduzem

A Vulnerabilidade dos Estados Membros da SADC aos Choques Económicos e Financeiros Exógenos

5.1 Valor Acrescentado Resultante da Integração Regional

Entre outras questões, o valor acrescentado resultante da integração regional é que este tem ajudado a reduzir a vulnerabilidade à crise económica mundial mediante a implementação pelos Estados Membros de políticas macroeconómicas adequadas que eles resolveram adoptar face à crise, do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, do programa de convergência macroeconómica e do programa de segurança alimentar.

5.1.1 Políticas Macroeconómicas Adequadas

Os Estados Membros acordaram em:

- atenuar e minimizar o impacto da crise para as economias e populações da região, através da utilização de políticas monetárias destinadas a apoiar o crescimento económico, da adopção de taxas de câmbio flexíveis, que permitem as economias ajustarem-se, encorajarem a substituição das importações e apoiar as exportações, e do aumento ou manutenção das despesas do estado nos níveis anteriores.



- preparar as suas economias para a recuperação e a resiliência. Na sua Reunião Extraordinária de Fevereiro de 2009, na Cidade do Cabo, África do Sul, os Ministros Responsáveis pelas Finanças e Investimento realçaram a necessidade de estra-

tégias urgentes e inovadoras tendentes a responder aos desafios da recessão mundial, especialmente, a necessidade de (i) tirar partido das oportunidades que a região proporciona, e, em particular, acelerar o processo de integração regional e abordar as questões que impedem as trocas comerciais a nível regional, designadamente as regras de origem e as barreiras não-tarifárias, bem como a melhoria da facilitação do comércio, inserida no ACL, através de medidas como o Projecto de Modernização Aduaneira e Facilitação do Comércio, em implementação com o apoio da UE; e (ii) melhorar o investimento e o clima de negócios na região. De acordo com o Relatório «Doing Business» de 2010 do Banco Mundial, embora muitos países membros tenham levado a cabo reformas tendentes a tornar mais fácil iniciar e operar uma actividade comercial, fortalecer os direitos de propriedade e melhorar a eficiência da resolução de litígios comerciais e procedimentos de falência, a maioria desceu da tabela classificativa em comparação com o ano anterior. Quanto à SADC enquanto região, a melhoria do clima de investimentos e de negócios exige a implementação das disposições do Protocolo sobre Finanças e Investimento, que entraram em vigor em 2010.

5.1.2 O ACL da SADC

O Protocolo sobre Relações Comerciais da SADC foi assinado em 2006. A implementação do Acordo de Comércio Livre (ACL) iniciou em 2000 e o seu lançamento teve lugar em 2008. O ACL constitui o primeiro passo em direcção à liberalização do comércio intra-regional. Entre 2000 e 2009, o comércio intra-SADC cresceu mais do que o dobro. Este factor ajudou a reduzir a dependência dos mercados externos, numa altura em que o comércio da intra-SADC, enquanto proporção do total do comércio da SADC, cresceu de 15.7% para 18.5% ao longo do mesmo período (SADC, 2011b).

Entretanto, dos 15 Estados Membros, 3 (Angola, RDC e Seychelles) não participam da Zona de Comércio Livre (ZCL) provavelmente porque não sentem que os benefícios de uma participação superam os custos ou porque eles não pretendem ceder a soberania à um órgão regional. Dos restantes 12 países que participam, o Zimbabwe solicitou a derrogação, o Madagáscar aderiu tarde e deve implementar o programa de liberalização do comércio exigido até 2012, o Malawi está atrasado nos seus calendários de redução tarifária desde

2004, e, embora esteja em dia em termos de compromissos tarifários, a Tanzânia requereu a derrogação para cobrar direitos sobre as importações no valor de 25% incidentes sobre o açúcar e os produtos de papel até 2015 (SADC, 2011b). Além disso, o Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC não tem conta de forma explícita os interesses e as necessidades dos pobres ou das micro, pequenas e médias empresas, incluindo os comerciantes transfronteiriços.

Apesar das tarifas terem baixado de forma substancial, as barreiras não-tarifárias, nomeadamente as Regras de Origem, continuam a dificultar o comércio na região. A SADC adoptou regras de origem específicas ao produto ao abrigo da ZCL, que são demasiado restritivas ao comércio. Estas regras de origem, inicialmente adoptadas para promover o valor acrescentado a nível regional, através do processamento local, proteger das possibilidades de tranbordos e encorajar a acumulação regional, têm servido para proteger a indústria dos Estados Membros mais desenvolvidos detentores da capacidade e da tecnologia para penetrarem nas novas zonas de processamento e manufactura. A SADC deve acelerar a revisão destas regras de origem com vista a torná-las mais simples e mais fáceis de utilizar.

Outras barreiras não tarifárias que devem ser reduzidas compreendem a documentação aduaneira onerosa, o período de trânsito longo, o elevado custo dos transportes, os impostos sobre as exportações, as licenças de importação, as quotas de importação, os subsídios, o comércio estatal e os monopólios. De particular importância para o comércio de produtos agrícolas estão as normas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Alguns países são demasiado rigorosos em matéria de normas SPS, enquanto outros não tanto. A liberalização do comércio de produtos agrícolas deve fazer-se acompanhar da harmonização de medidas SPS com vista a redobrar a produção agrícola. Os países que continuam a aplicar tarifas sobre as importações de produtos agrícolas devem eliminá-las.

Toda a área de intervenção prioritária de Liberalização e Desenvolvimento Comercial e Económico é crucial, pois tem por objectivo geral facilitar a liberalização comercial e financeira, o desenvolvimento industrial competitivo e diversificado e o aumento do investimento, tendo em vista uma maior integração regional. De acordo o projecto de relatório da Avaliação Documental do Plano Estratégico In-

dicativo de Desenvolvimento Regional, foram alcançadas realizações no âmbito dos bens e serviços, aduaneiro e na vertente financeira e de investimentos. Entretanto, por forma a alcançar a liberalização financeira, o desenvolvimento económico competitivo e diversificado e o aumento dos investimentos, várias questões pendentes merecem ser abordadas. O relatório assinala que a região ainda não diversificou a sua dependência dos bens de consumo primários para a manufactura e serviços de valor acrescentado (SADC, 2011b).

Além da liberalização do comércio intra-regional, esta área de intervenção também visa integrar a SADC na economia mundial. A nível internacional, isto normalmente ocorre através de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde não se tem verificado progresso desde o fracasso da Ronda de Doha. Os Estados Membros da SADC devem empreender negociações com vista uma conclusão satisfatória de uma Ronda de Doha mais adequada e virada para o desenvolvimento. A nível bilateral, as negociações de maior destaque foram as realizadas com a UE, visando o Acordo de Parceria Económica (APE), e que foram concluídas com êxito em 2007. Mas isto não ajudará a diversificar os mercados dos produtos de exportação da SADC uma vez que a UE já é um importante mercado de exportação para a região. A celebração de acordos de desenvolvimento com outro bloco económico regional ajudaria a diversificar os mercados de exportação para a SADC. Entretanto, até ao momento, as únicas negociações realizadas e concluídas, visando uma zona de comércio livre, são aquelas que foram desencadeadas com a COMESA e a EAC.

5.1.3 Convergência Macroeconómica

A concretização da estabilidade macroeconómica, antes da crise, em termos de baixa inflação, baixo défice orçamental, baixo défice da conta corrente, grandes volumes de reservas externas, grandes volumes de poupança interna e baixo crédito do banco central ao estado, ajudou a reduzir a vulnerabilidade através da facilitação da implementação de programas de estímulo económico destinados a proteger as economias regionais dos efeitos da recessão mundial e a minimizar o seu impacto. Estas medidas destinam-se a alargar a produção, criar postos de trabalho e rendimentos e, por conseguinte, estimular as despesas do consumidor, e aliviar a situação difícil da população vulnerável. Algumas medidas assumiram a forma de estímulo

fiscal através de despesas do estado para as obras públicas, aumentos da remuneração do sector público, e/ou medidas fiscais destinadas a reduzir as obrigações fiscais, aumentando, deste modo, os rendimentos disponíveis. Outras ainda assumiram a forma de políticas monetárias fáceis, tais como o aumento da liquidez a fim de permitir aos bancos alargar o crédito ou reduzir a Taxa Bancária e, por conseguinte, outras taxas de juro que visam estimular a procura do crédito, encorajando, desta forma, as despesas para o investimento.

O Protocolo sobre Investimento e Finanças prevê a regulamentação e supervisão dos bancos comerciais e das instituições financeiras não bancárias. Em resposta ao recente choque financeiro, vários estados membros procederam à avaliação da adequação da capitalização dos seus bancos comerciais, bem como o seu contacto com o risco. Quando necessário, eles solicitaram os bancos comerciais a aumentarem a sua base de capitais e a reduzir o contacto com o risco. Os bancos centrais avaliaram de forma abrangente os seus regimes regulador e supervisor com vista a identificar as áreas que carecem de melhorias aprofundadas. Torna-se necessário que estas medidas sejam alargadas para todas as instituições financeiras a fim de evitar a assunção de riscos desnecessários e não cingir-se aos bancos comerciais.

Nada consta do Protocolo de Finanças e Investimento que exija de todos os Estados Membros a aplicação de uma taxa de câmbio flexível em relativamente à todas outras moedas mundiais. Alguns Estados Membros da SADC mantêm a mesma taxa de câmbio durante muitos anos. Deste modo, a taxa de câmbio é permitida a apreciar-se. Os países concernentes beneficiam de importações baratas que a taxa de câmbio apreciada encoraja, embora a mesma taxa de câmbio desencoraje as exportações tornando-as não competitivas. A taxa de câmbio flexível permite a estes Estados Membros procederem a ajustamentos durante uma recessão, encorajando a substituição das importações e apoiando as exportações.

5.1.4 Segurança Alimentar Sustentável e Agricultura

A melhoria da disponibilidade alimentar e da segurança alimentar na região também ajudou a reduzir a vulnerabilidade à crise económica mundial. A segurança alimentar contribui para o crescimento

económico, pois reduz a pressão sobre os preços, importações de alimentos e a balança de pagamentos. Entretanto, embora a disponibilidade alimentar geral e a segurança alimentar na região tenha melhorado nos últimos tempos, muitas pessoas continuam a ser consideradas como inseguras em termos de alimentos. A ramificação relativa à Segurança Alimentar reconhece a necessidade de melhorar a segurança alimentar através de medidas tendentes ao aumento da produção alimentar, à melhoria do acesso aos alimentos, das reservas alimentares ou reservas em dinheiro.

5.2 Outras Áreas/Programas Capazes de Ajudar a Reduzir a Vulnerabilidade

5.2.1 Apoio de Infra-estruturas à Integração Regional e à Erradicação da Pobreza

Esta área de intervenção prioritária proporciona factores de produção vitais à produção noutras áreas e ajuda a reduzir os custos de transacção inerentes, e, por conseguinte, a vulnerabilidade aos choques económicos exógenos.

Além da construção de estradas e ligações das centrais eléctricas, o progresso dos projectos infra-estruturais, especialmente no sector ferroviário, tem sido limitado (SADC, 2011b). Contudo, foi realizado o trabalho preparatório em termos de desenvolvimento de políticas, sistemas e processos propícios nas áreas que alcançaram um progresso limitado. Relativamente à isto, o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) espera facilitar em grande medida a preparação e a estruturação de projectos na região. Mas há necessidade de melhorar a capacidade da unidade de coordenação de projectos do sector dos transportes, especialmente no sub-sector ferroviário (SADC, 2011b).

5.2.2 Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais

Esta área de intervenção prioritária também oferece factores de produção vitais à produção noutras áreas necessárias para a promoção do crescimento económico equitativo, o desenvolvimento socioeconómico sustentável da região da SADC e o reforço da sua competitividade na economia mundial, e, deste modo, aumentar a sua resiliência aos choques económicos exógenos.

5.2.3 Igualdade do Género e Desenvolvimento

As mulheres constituem um recurso importante para o desenvolvimento. O seu número suplanta o dos homens na região da SADC. Elas representam uma percentagem significativa dos alimentos e rendimentos das famílias. Portanto, elas contribuem para a redução da pobreza e o desenvolvimento das economias regionais (SADC, 2003). Apesar deste facto, as mulheres representam a maioria dos pobres e, por conseguinte, da população vulnerável aos choques exógenos. O estado de pobreza das mulheres resulta do seu acesso e controlo limitados em relação aos recursos produtivos, tais como a terra, a pecuária, o crédito e a tecnologia melhorada. Por outro lado, as mulheres possuem acesso limitado às instalações de saúde adequadas, à educação formal e emprego, tendo uma representação excessiva no sector informal onde os retornos são extremamente baixos e não inspiram confiança. Estas lacunas de natureza do género comprometem a sua contribuição para o desenvolvimento geral da economia regional (SADC, 2003). Portanto, os Estados Membros da SADC devem acelerar a abordagem destas lacunas de género a fim de melhorarem a resiliência das mulheres aos choques exógenos.

5.2.4 Ciência e Tecnologia

O RISDP considera a ciência e a tecnologia como vector-chave do desenvolvimento socioeconómico e que a concretização da maioria dos objectivos constantes da Agenda Comum da SADC pode ser facilitada mediante soluções científicas e tecnológicas (SADC, 2003). A inovação tecnológica constitui um factor-chave do desenvolvimento e da competitividade das economias regionais, que lhes tornam resilientes aos choques exógenos. A concretização da segurança alimentar e o desenvolvimento de infra-estruturas energéticas, hídricas, dos transportes, das comunicações e dos recursos humanos a fim de tornar a região menos vulnerável aos choques exógenos exige soluções científicas e tecnológicas.

5.2.5 Mobilização de Recursos e Implementação

A implementação de muitas das medidas acima descritas exigirão recursos. De onde virão os recursos? O RISDP desenvolveu as seguintes fontes de financiamento: finanças públicas, assistência oficial para o desenvolvimento (ODA), alívio da

dívida, poupanças internas, investimento directo externo (IDE) e investimento em carteiras (FPI) e o financiamento para o desenvolvimento. A crise económica mundial deprimiu as entradas externas, aumentando, deste modo, a necessidade de aumentar a mobilização de recursos internos. Quando viável, os estados membros da SADC devem trabalhar com vista o aumento das receitas fiscais e não fiscais, mediante, entre outras acções, a diversificação e o alargamento da base fiscal. Devem ainda trabalhar no sentido de aumentar a mobilização de poupanças internas melhorando os incentivos para que as famílias e particulares detenham mais activos financeiros, introduzindo instrumentos de poupança adequados e criando mercados monetários, de capital e de seguro adequados.



A comunidade internacional permanecerá uma importante fonte de financiamento. Além de prometer resgatar a economia mundial da recessão durante a sua reunião de Londres, em Abril de 2009, e prometer medidas de estímulo num total de USD 5 trilhões destinados a fortalecer as suas próprias economias, o G-20 prometeu outros recursos a fim de ajudar as economias em desenvolvimento e emergentes a combater a crise económica. Grande parte do financiamento será encaminhada para o FMI e para os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDB). O G-20 também prometeu recursos para ajudar a fortalecer o comércio. Outras promessas foram feitas pelo G8 e pelos EUA.

Assiste-se, todavia, à uma falta de correspondência entre as promessas, os desembolsos e as atribuições. O FMI, o Banco Mundial e demais bancos de desenvolvimento multilateral receberam valores inferiores àqueles que o G-20 prometeu. As atribuições reais destas instituições também estiveram aquém das expectativas. No que concerne ao incremento do empréstimo aos países pobres, não existem cifras concretas e não está claro se este incremento provirá de recursos novos ou existentes. O desafio para a SADC consiste em continuar a negociar com o G-20, o G8, os EUA e as instituições financeiras multilaterais no sentido de cumprirem

as promessas e honrarem os seus compromissos. A 28 de Agosto de 2009, o FMI disponibilizou 283 mil milhões de SDRs para complementar as reservas dos Estados Membros. À esta acção seguiu-se uma atribuição mais pequena de 33 mil milhões de SDRs a 9 de Setembro de 2009. A percentagem dos Estados Membros da SADC inseridos na atribuição maior foi de cerca de 3.8 mil milhões de SDRs, um montante insuficiente. Por seu lado, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento aumentaram o seu empréstimo para África desde o início da crise, introduziram reformas aos vários programas de empréstimo e de assistência existentes e criaram novas modalidades. Entretanto, a implementação destas modalidades é constrangida pela falta de vontade por parte das nações ricas de desembolsar os recursos prometidos à estas instituições.

Portanto, a crise económica mundial trouxe ao decimal as insuficiências existentes na arquitectura financeira mundial e nos quadros actuais de oferta da ajuda empregues pelos doadores e pelas instituições financeiras internacionais. Os países membros da SADC e demais países Africanos estão preocupados com o facto de não estarem representados nos principais fóruns onde são tomadas importantes decisões afectas às suas economias. Não foi envidado qualquer esforço sério no sentido de acrescentar a voz dos países Africanos na tomada de decisões do FMI e do Banco Mundial. A SADC e o resto de África gostariam de participar do Fórum de Estabilidade Financeira e gozar de uma representação redobrada junto dos conselhos de administração do FMI e do Banco Mundial. Gostariam mesmo de ter representação permanente no G-20 além da África do Sul. Alternativamente, eles poderiam tirar maior proveito da presença da África do Sul no G-20 (ECA e UA, 2010).

Os últimos desenvolvimentos não resolveram de forma adequada estas preocupações Africanas. Por exemplo, devido à um incremento ad hoc de quotas à favor da China, Coreia, México e Turquia em 2006, a percentagem relativa de países Africanos e, por conseguinte, da sua voz e influência na tomada de decisões junto do FMI ficou reduzida. A distribuição proporcional de quotas e de SDR também não está a ajudar, uma vez que reduz o peso dos membros mais pobres da instituição. Uma recente proposta do G-20 no sentido de alterar a percentagem da quota do FMI para os mercados emergentes dinâmicos e os países em desenvolvimento de pelo menos 5 por cento dos países com represen-

tação excessiva não basta. Também deixa a desejar a proposta do G-20 de gerar, através de uma nova fórmula dinâmica, um aumento de pelo menos 3 por cento do poder de voto a favor dos países em desenvolvimento e em transição com vista a beneficiar os países com pouca representação.

6. Outras Medidas Estratégicas de Integração Regional

Racionalização da Agenda de Integração Regional

A SADC deve racionalizar a agenda de integração regional e concentrar-se naqueles objectivos que são mais facilmente exequíveis e que os Estados Membros estejam preparados para implementar.

Integração da Economia da SADC na Economia Mundial

Face ao impasse verificado nas negociações da OMC, e tendo em conta a necessidade de se diversificar os mercados de exportação, recomenda-se que a SADC negocie com outros blocos regionais da Ásia e da América Latina disposições sobre o comércio preferencial e desenvolvimento.

Compromissos com vista a Implementação Plena do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC

Com vista a resolver as variações verificadas na implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, que afectam a utilização eficaz do novo regime comercial, são propostas as seguintes medidas:

- Os Estados Membros devem acelerar a simplificação das regras de origem que actualmente dificultam o comércio dentro da SADC.
- Os Estados Membros também devem implementar a recomendação apresentada em 2004, segundo a qual sejam inseridas disposições que permitam aos comerciantes de pequenas mercadorias também beneficiarem das preferências comerciais.
- É necessária uma acção imediata com vista a eliminar as tarifas sobre todas as mercadorias que sejam do interesse dos pobres, designadamente o milho e demais produtos agrícolas, porquanto tal medida concorrerá para a redução imediata do seu custo e facilitará que os pobres tenham acesso à tais mercadorias.

- De um modo geral, os Estados Membros com obrigações de implementação pendentes necessitam de mostrar-se empenhados em implementar o Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, através de acções concretas no domínio da liberalização do comércio intra-SADC e em aumentar a sua capacidade de fornecer mercadorias e prestar serviços na região.

Eliminação de Todas as Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias

Numa tentativa de proteger a indústria nascente nacional, mediante restrições e intervenções de políticas internas, os países geralmente posicionam-se contra as exportações, o que impede a concretização de taxas de crescimento concretizáveis em termos de receitas da exportação. Recomenda-se firmemente que todas as formas de restrições tarifárias e BNTs sejam eliminadas, excepto em circunstâncias excepcionais nas quais as restrições sejam de ordem temporal sem espaço para prorrogação que permita a concretização do objectivo preconizado dentro dos prazos acordados.

Aumento do Foco sobre a Pobreza na Agenda de Integração Regional

A população mais vulnerável aos choques económicos e financeiros exógenos é pobre. O Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC não reconhece de forma nítida a pobreza ou o sector das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Em consequência disso, propõe medidas de desenvolvimento, facilitação e promoção do comércio que são gerais e não abordam a pobreza nem os problemas especiais das MPMEs, incluindo os comerciantes transfronteiriços. De igual modo, os protocolos complementares sobre finanças e investimento; transportes; comunicações e meteorologia; saúde; educação e formação; e energia não reconhecem a pobreza e não contemplam medidas específicas em resposta às necessidades do sector das MPMEs.

Para as MPMEs que estão engajadas na agricultura, há a necessidade de se resolver o problema de infra-estruturas dos transportes e do mercado insuficientes (Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia); estrangimentos em matéria de acesso à terra, ao crédito, aos fertilizantes e às sementes melhoradas; insuficiências em matéria de políticas de investimento agrícola, que conduziram a um declínio do investimento na

agricultura (Declaração sobre a Agricultura e Segurança Alimentar); insuficiências no domínio da concepção de políticas macroeconómicas que conduzam à parcialidade indesejada em desfavor dos pequenos agricultores (Protocolo sobre Finanças e Investimento); e barreiras comerciais que dificultam o comércio intra-regional de alimentos (Protocolo sobre Trocas Comerciais).

Quanto às MPMEs, envolvidas em actividades artesanais e outras de carácter não agrícola, o Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC deve resolver o problema da pequena dimensão do mercado e das escassas fontes de matérias-primas. O acesso limitado ao crédito para iniciar negócios e capital operacional e negócios limitados, as aptidões técnicas e de direcção devem ser resolvidas pelo Protocolo sobre Finanças e Investimento. Os estrangimentos em matéria dos transportes devem ser resolvidos no Protocolo sobre Transporte, Comunicações e Meteorologia. Esta e todas outras intervenções explicadas devem ser reflectidas no Quadro de Implementação do RISDP.

Liberalização do Comércio Transfronteiriço

A fim de resolver os problemas com que os comerciantes transfronteiriços se deparam, o estudo endossa as recomendações que dariam origem, entre outras acções, à adopção de um quadro de políticas regionais especializado em função das necessidades, à simplificação dos documentos aduaneiros, à eliminação dos atrasos fronteiriços, à disponibilização de espaços mercantis nas cidades e reforço das capacidades, bem como à sensibilização entre os intervenientes. Estas recomendações devem ser reflectidas no Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC e no Quadro de Implementação do RISDP.

Liberalização do Comércio de um Modo Geral

- Assegurar que os produtos agrícolas pró-pobres são excluídos da lista de mercadorias sensíveis;
- Introduzir formas especiais para a desalfandegamento de mercadorias dos pequenos comerciantes que são os pobres (bem como o regime de comércio simplificado da COMESA);
- Introduzir novas medidas de facilitação do comércio nos postos fronteiriços a fim de reduzir a congestão e o período de espera dos exportadores e importadores.

Referências Bibliográficas

Abu, N. e Ben, O. (2009), «Respostas dos Governos Africanos à Crise Económica e Financeira Mundial e Lições Colhidas», documento apresentado à conferência internacional intitulada «Reflexão sobre a Política Económica Africana» à luz da Crise Económica e Financeira Mundial, realizada de 8 a 9 de Dezembro de 2009, em Nairobi, Quênia.

Comissão Económica para África e União Africana (2010), Relatório Económico sobre África 2010 - Promoção do crescimento sustentável de alto nível visando a redução do desemprego em África, Adis Abeba.

Comissão Económica para África e União Africana (2011), Relatório Económico sobre África 2011, Adis Abeba.

FMI (2011), Revista sobre as perspectivas económicas mundiais «World Economic Outlook», Abril, 2011.

Kasekende, L., Brixova, Z. e Ndikumana, L. (2010), «África: Respostas Anticíclicas de África à Crise», Revista sobre a globalização e desenvolvimento *Journal of Globalization and Development*, 1(1), 1-20.

Ntah, M.N. (2009), «Reflexão sobre o Modelo Comercial dos Países Africanos», documento apresentado na conferência internacional intitulada «Reflexão sobre a Política Económica Africana» à luz da Crise Económica e Financeira Mundial, realizada de 8 a 9 de Dezembro de 2009, em Nairobi, Quênia.

SADC (2011a), Desempenho Económico Regional em 2010 e Perspectivas para 2012, Maio de 2011.

SADC (2011b), Avaliação Documental do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

SADC (2009), Ponto da Situação sobre o Impacto da Crise Financeira Mundial para a Região da SADC, Junho de 2009.

SADC (2008), «Últimos Desenvolvimentos de Ordem Macroeconómica na SADC e Perspectivas a Médio Prazo», documento de trabalho para a Conferência Internacional das Ilhas Maurícias sobre a Pobreza e o Desenvolvimento.

SADC (2003), Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

Senbet, L.W. (2009), «Causas da Crise Financeira Mundial e Respostas de Políticas», documento apresentado ao Seminário de Peritos sobre Políticas, realizado em Abril de 2009, em Lusaka, Zâmbia.

Banco Mundial (2008), Indicadores de Desenvolvimento Mundial - 2008, Washington, D.C.

Advertência

O presente Documento sobre Políticas, intitulado «A Crise Económica e Financeira Mundial e A Necessidade de Medidas de Contraposição a nível Regional da SADC» foi elaborado pelo Professor Chinyamata Chipeta. Quaisquer pontos de vista ou opiniões nele expressos pertencem exclusivamente ao seu autor e não representam necessariamente a opinião do Secretariado da SADC, nem de outros organismos do

Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA MUNDIAL
E A NECESSIDADE DE MEDIDAS DE
CONTRAPOSIÇÃO A NÍVEL REGIONAL DA SADC

